

CRF-RJ homenageia farmacêuticos com PRÊMIO JALDO DE SOUZA SANTOS



Os Presidentes do CRF-RJ, Paulo Oracy da Rocha Azeredo, e do CFF, Jaldo de Souza Santos

O Presidente do Conselho Federal de Farmácia (CFF), Jaldo de Souza Santos, participou, no dia 11 de novembro de 2009, na sede do Conselho Regional de Farmácia do Rio de Janeiro (RJ), das comemorações ao Dia da Orientação Farmacêutica, do aniversário de promulgação da Lei 3.820/60 (que cria os Conselhos Federal e Regionais de Farmácia), e da entrega do "I Prêmio Farmacêutico Jaldo de Souza Santos". O Prêmio é concedido a profissionais com mais de 50 anos de atuação.

Durante todo o dia, o CRF/RJ promoveu ações de valorização do farmacêutico e mostrou à população a importância do uso correto dos medicamentos. Pela manhã, na Praça Afonso Pena, na Tijuca, o Regional prestou orientações às pessoas, aferiu a pressão arterial, mediu as taxas de glicose e distribuiu material educativo sobre dia-

betes e hipertensão. À tarde, farmacêuticos e estudantes tiveram acesso a diversas palestras, como "Radiofarmácia como Ciência Farmacêutica" e "Descarte de Produtos Controlados".

PRÊMIO - À noite, foi realizada a solenidade em homenagem a farmacêuticos que, há 50 anos

contribuem para o desenvolvimento da profissão e a entrega da premiação aos vencedores do "I Prêmio Farmacêutico Jaldo de Souza Santos". Os trabalhos inscritos foram separados em duas categorias: Farmacêuticos e Jovens Farmacêuticos, sendo que a primeira subdivide-se em Farmácia Comunitária, Farmácia Magistral, Farmácia Hospitalar, Análises Clínicas, Indústria Farmacêutica e Outras Áreas de Atuação. Não houve trabalho inscrito na modalidade Farmácia Magistral.

Segundo o Presidente do CRF/RJ, Paulo Oracy, o Prêmio foi criado para estimular o desenvolvimento das ciências farmacêuticas. "Queremos incentivar a produção de trabalhos resultantes da prática do farmacêutico. O profissional deve expor sua produção, mostrar suas experiências e inovações. A consequência de tornar público o que se faz de melhor na nossa área é a elevação da autoestima", disse o dirigente do Regional do Rio de Janeiro.



Farmacêuticos homenageados pelo CRF-RJ, pelos mais de 50 anos de atividades profissionais



OS VENCEDORES

1. Categoria Farmacêuticos

Análises Clínicas

Título do trabalho:

“O uso de ferramentas de gestão na busca de qualidade, segurança e humanização em serviços de saúde”.

Autor:

Romilson Fonseca da Cunha.

Farmácia Comunitária

Título do trabalho:

“Implantação de formulário para acompanhamento de pacientes portadores de síndrome metabólica em farmácias”.

Autora:

Deborah Marques da Silva

Coautoras:

Fernanda Miranda de Araújo, Vânia Furtado dos Santos e Vivian da Silva Furtado.

Farmácia Hospitalar

Título do trabalho:

“Ciclo da assistência farmacêutica: seleção de medicamentos. Revisão da seleção de medicamentos no Instituto Fernandes Figueira: análise do grupo R-respiratório (ATC)”

Autora:

Cristiane Paiva da Silva

Coautores:

Almiro Domiciano Cruz Silva, Rachel Magarinos Torres, Natalia Passos Cunha e Flávia Barroso Teixeira.

Indústria Farmacêutica

Título do trabalho:

“Farmacovigilância em indústria farmacêutica: por que essa combinação é tão difícil?”.

Autora:

Michele de Medeiros Rocha



A farmacêutica Michele de Medeiros Rocha foi uma das vencedoras do I Prêmio Farmacêutico Jaldo de Souza Santos, no Rio. Na foto, ela exhibe a medalha, ao lado do Presidente do CFF e que dá nome ao Prêmio.

Outras áreas

Título do trabalho:

“Radiofarmácia no desenvolvimento estratégico de novos agentes para a medicina nuclear”.

Autora:

Martha de Souza Albernaz

Coautores:

Rosângela Donato, Tiago Teixeira Guimarães, Rodrigo dos Santos Almeida, Luiz Eduardo Ramos, Rosanna Barbieri, Maria do Rocio Bencke, Ralph Santos Oliveira

2. Categoria Jovens Farmacêuticos

Título do trabalho:

“Desafios educacionais no ensino da educação farmacêutica: perspectivas de futuro para o tratamento de pacientes com hipertensão arterial”.

Autora:

Tatiana Rodrigues de Abreu



FARMACÊUTICOS RECEBEM A COMENDA DO MÉRITO FARMACÊUTICO CARIOCA

Jorge Carlos Santos da Costa, Wilson da Costa Santos, Alfredo da Costa Mattos Neto, Rogério Ribeiro Dias, Vera Lucia Luiza, Levy Gomes Ferreira, Mauro Ferreira Leal e Antônio Pinto de Almeida

FARMACÊUTICOS HOMENAGEADOS PELOS MAIS DE 50 ANOS DE CARREIRA

Roberto Manoel Alves, Branly Carvalho de Andrade, José Clarindo de Araujo, Sérgio Severino de Azevedo, Israel Waldemar Bron, Wilson Panconi de Campos, José Amaro de Souza Cravo, Zózimo Lopes de Freitas, Maria Diana Lacerda, Anna Thêreza Braga Latorraca, Olga Oliveira de Araújo Lima, Neyde Lopes de Castro Lobo, Célida Garcia Macedo, Maria do Socorro Viana Manchester, Alita Costa Martins, Mário Ferreira Medina, Geraldo Miguel Ferreira Mendes, João Baptista Ramos, Waldir Rodrigues Rego, Agneir Gomes da Silva, Cícero Tavares, Istênio Vellasco, Sônia Maria Ramos Murray, Ary Nunes Carneiro, Maria Alita Nunes, Iram Natividade Pinto, Jacob Iechok Tenenbaum, Álvaro José de Souza, Masayuki Atarashi, Syndalva Fialho Salgado e Maria Célia Senra Marendino

Fórum, no Senado, mostra perigos da propaganda de medicamento



Foto: Elza Filiz/Abbr

O Diretor-Presidente da Anvisa Dirceu Raposo de Mello, defendeu o direito do cidadão a receber informações sobre os produtos oferecidos pela indústria: "No caso dos medicamentos, quem faz a escolha é o médico ou o farmacêutico, porque o paciente não tem como eleger a melhor alternativa de tratamento".

Os limites para a publicidade de medicamentos foram discutidos, no dia 8 de outubro de 2009, no Senado Federal. O "Fórum Propaganda e Publicidade de Medicamentos: Critérios Éticos para a Promoção de Medicamentos" reuniu representantes da área de saúde, do Poder Legislativo e do setor produtivo.

O Diretor-Presidente da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), Dirceu Raposo de Mello, defendeu, na abertura do evento, o direito do cidadão a receber informações completas e verdadeiras sobre os produtos oferecidos pela indústria. De acordo com Raposo, os medicamentos são produtos diferenciados, cuja aquisição depende de uma intermediação profissional. "No caso dos medicamentos, quem faz a escolha é o médico ou o farmacêutico, porque o paciente não tem como eleger a melhor alternativa de tratamento", explicou.

De acordo como o Senador Papaléo Paes (PSDB/AP), um dos riscos da propaganda indevida é a veiculação de informações erradas, que podem prejudicar a escolha do médico pelo melhor tratamento. "A crítica tem apontado



como falhas a falta de informação sobre contra-indicações, interações medicamentosas e a sugestão da ausência de efeitos colaterais", criticou Papaléo.

Já o Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), lembrou que a Constituição de 1988 garante o direito da sociedade de se proteger da propaganda de produtos e serviços que possam trazer riscos ou prejuízos às pessoas. Para o Senador Aldemir Santana (DEM/DF), é necessário discutir, também, o acesso à assistência à saúde. Segundo ele, a falta de acesso aos serviços de saúde é o que leva à automedicação pela população.

CFF - O Presidente do Conselho Federal de Farmácia, Jaldo de Souza Santos, declarou a esta revista que a propaganda de medicamentos deve ser exclusivamente científica e dirigida unicamente aos profissionais da saúde. "Nada, além do interesse dos laboratórios, justifica a propaganda de medicamentos dirigida às pessoas leigas. Quem tem que receber informações sobre medicamentos são os profissionais da saúde", concluiu.

Fonte: Assessoria de Imprensa da Anvisa e redação da revista PHARMACIA BRASILEIRA.



Senador Papaléo Paes (PSDB/AP): "A crítica tem apontado como falhas a falta de informação sobre contra-indicações, interações medicamentosas e a sugestão da ausência de efeitos colaterais".

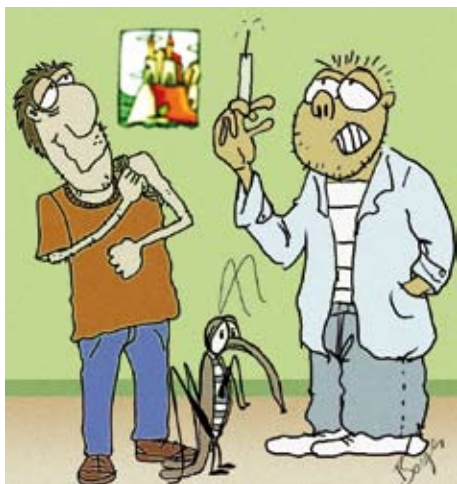
Foto: Geraldo Magela/Agência Senado



O Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos, defende que a propaganda de medicamentos seja exclusivamente científica e dirigida unicamente aos profissionais da saúde



MS e multinacional abrem caminho para desenvolvimento de VACINA CONTRA A DENGUE



O Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, e o Presidente mundial da GlaxoSmithKline, Andrew Witty, anunciaram, em setembro, em Londres (Reino Unido), investimento de 70 milhões de Euros (cerca de R\$ 183,7 milhões) no desenvolvimento de novas vacinas contra dengue, malária e febre amarela.

Os recursos serão aplicados na criação de um Centro de Pesquisa e Desenvolvimento, na Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz), que será voltado a tecnologias para a prevenção e atenção a essas doenças. Na primeira etapa, o foco prioritário será o desenvolvimento de uma vacina contra a dengue. Trata-se da primeira cooperação público-privada, nesta área, entre uma multinacional e um laboratório público. Cada parceiro financiará metade dos custos previstos.

Segundo o Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, o acordo inicia um novo momento para a inovação, desenvolvimento e produção brasileira de insumos para a saúde. O País deixa de apenas com-

prar pacotes básicos de transferência de tecnologia para a construção de uma relação que permite o desenvolvimento de insumos, desde a sua fase de pesquisa”, afirmou.

A parceria é um dos desdobramentos do acordo de transferência tecnológica para a produção nacional de vacina para pneumococo, assinado, em agosto, entre o Ministério da Saúde, por meio da Fiocruz, e a GSK. A vacina que protege contra meningite bacteriana e pneumonia entrará no calendário nacional de imunização, em 2010, com um investimento de produção e distribuição de cerca de 1,5 bilhão de Euros.

“O Brasil é um País com excelente base de pesquisa em vacina. Essa colaboração com a Fiocruz é uma importante estratégia de parceria da GSK com países emergentes. Temos satisfação em poder desenvolver, junto com a Fiocruz, novas vacinas para a saúde da população brasileira”, disse Abbas Hussain, Presidente da GSK para Mercados Emergentes.

O acordo para a criação de novas tecnologias tem a duração de dez anos e prevê o partilhamento dos direitos de patente das inovações produzidas, nesse período. O centro terá sede na Fiocruz e está em fase de estruturação.

DENGUE – Por entendimento comum, a dengue será uma das primeiras doenças a receber o foco do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento. A iniciativa utilizará os estudos que vêm sendo conduzidos pela Fiocruz sobre uma vacina contra a doença, que receberá uma nova abordagem tecnológica.

Para Paulo Gadelha, Presidente da Fiocruz, uma das principais dificuldades para a produção da vacina contra a dengue é dar proteção contra os quatro sorotipos existentes: o DEN1, DEN2, DEN3 e DEN 4. A Fiocruz selecionou os projetos em estágio mais desenvolvidos para que sejam a base da ação com a multinacional.

“A parceria é estratégica, pois permite aprimorar, no Brasil, fases pré-clínicas de pesquisa. Ou seja, ela potencializa a produção de outras inovações”, afirmou Gadelha. A iniciativa, também, prevê a melhoria da vacina contra a febre amarela, produzido pela Fundação, e a criação de um imunizante contra a malária.

TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA - Com a multinacional, o Ministério da Saúde realizou outros acordos de transferência de tecnologia. Um dos acordos mais recentes diz respeito à vacina contra o rotavírus, disponível na rede pública desde 2006. Em 2003, contemplou a vacina tríplice viral e, em 1998, foi firmado acordo de transferência de tecnologia para vacina contra a meningite (Hib). Em agosto, foi firmada a transferência de tecnologia para a produção da vacina para pneumococo. A vacina inclui os 10 sorotipos de pneumococo que apresentam maior prevalência no País. Somente no Brasil, a cada ano, o pneumococo responde por 1.500 casos de meningite, 20 mil hospitalizações por pneumonia e mais de três milhões de casos de otite média aguda.

Fonte: Assessoria de Imprensa do Ministério da Saúde

Ações de saúde poderão ser acompanhadas pela internet

■ **MINISTÉRIO LANÇA FERRAMENTA QUE DARÁ ACESSO A BANCO DE DADOS SOBRE REPASSE DE RECURSOS, PROGRAMAS ESTRATÉGICOS, SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA E SITUAÇÃO DE SAÚDE.**

O Ministério da Saúde lançou, no dia 22 de outubro de 2009, uma valiosa ferramenta para o acompanhamento das atividades do Governo Federal na saúde, a transparência das ações da pasta e o controle social da aplicação de recursos públicos. No "Portal da Saúde", quem navega pela internet poderá ter acesso à *Sala de Situação em Saúde*, um banco de dados sobre repasse de recursos, desenvolvimento dos programas estratégicos, informações sobre situação socioeconômica e saúde, em todas as regiões.

"O objetivo é disponibilizar aos tomadores de decisão informações válidas e relevantes, que deverão ser utilizadas para aperfeiçoar, progressivamente, tanto a gestão estratégica do sistema e serviços, quanto a atenção prestada à população, otimizando a utilização dos recursos humanos, físicos, tecnológicos e financeiros no Sistema Único de Saúde e alcançando melhores resultados", afirmou Márcia Bassit, Secretária-Executiva do Ministério da Saúde.

A iniciativa, complementa Bassit, segue as diretrizes do *Mais Saúde*, agenda estratégica do Ministério para os anos 2008 a 2011, for-

mado por 73 medidas e 171 ações, que prevê, entre outros resultados, o fortalecimento da participação e do controle social sobre todas as instâncias e os agentes que fazem parte do SUS.

LINK - O link é o www.saude.gov.br/saladesituacao. A Sala de Situação em Saúde foi criada para disponibilizar em um só local, informações de saúde com abrangência nacional, organizadas em recorte territorial por regiões geográficas, regiões prioritárias de atuação, Estados ou Municípios. Essa distribuição permite uma avaliação sobre o desempenho da atuação governamental e as condições de saúde da população. Isso permitirá subsidiar a ação do poder público, a interpretação em estudos das informações disponíveis e a participação social.

A ferramenta é dividida em quatro módulos: Socioeconômico, Ações de Saúde, Situação de Saúde e Gestão em Saúde. O primeiro apresenta os aspectos socioeconômicos, demográficos e territoriais que permitem identificar a situação conjuntural brasileira. Reúne dados políticos de Estados e Municípios e as representações no poder Legislativo e sua atua-

ção na área da saúde, por meio de emendas e convênios.

No módulo de Ações em Saúde, é possível acompanhar metas físicas, coberturas e repasses financeiros relacionados às principais ações e programas do Ministério da Saúde. Já informações sobre indicadores epidemiológicos e operacionais relacionados a doenças e agravos caracterizados como problema de saúde pública estão disponíveis no módulo Situação de Saúde.

Finalmente, em Gestão em Saúde, a abordagem é sobre a execução orçamentária do Ministério da Saúde, por unidade orçamentária, programas e ações. Ali, são informados os limites financeiros por empenho e por fontes de recurso. Também, detalha a situação de convênios e apresenta as transferências, fundo a fundo, particularizando os repasses financeiros.

Ainda exibe informações sobre estabelecimentos e profissionais de saúde em atuação no SUS e mostra indicadores de processo e resultados do monitoramento do Pacto pela Saúde. São dados referentes ao processo de gestão, à descentralização e ao controle social.





Reações adversas a medicamentos: notificar é preciso



Gerente de Farmacovigilância da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Murilo Freitas Dias: "A prática regular da notificação contribui para a produção de informações atualizadas a serem usadas nas práticas clínicas e promoção do uso seguro de medicamentos".

“O Comitê Nacional para a Promoção do Uso Racional de Medicamentos, coordenado pelo Ministério da Saúde, fará uma campanha para divulgação do sistema de notificação de efeitos adversos. Com isso, o grupo quer alertar para a importância de notificar para o uso seguro e eficaz de medicamentos e para o monitoramento sanitário dos produtos. Cerca de 6,5% das internações hospitalares, no Brasil, acontece por problemas com medicamentos, mas esse percentual pode ser ainda maior, por conta das subnotificações.

O uso irracional de medicamentos traz sérias conseqüências:

reações adversas, eficácia limitada, resistência a antibióticos e dependência. Além disso, mesmo o uso baseado em evidências científicas pode ocasionar reações adversas e, por isso, precisa ser monitorado.

As informações foram apresentadas, durante a décima reunião ordinária do Comitê, realizada, no dia 27 de outubro de 2009, em Fortaleza, pelo Gerente de Farmacovigilância da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Murilo Freitas Dias.

Desde o início da Agência, o órgão já realizou cerca de 20 mil notificações de efeitos adversos de medicamentos, por meio de um sistema de notificações, o Notivisa. Em 2008, São Paulo foi o Estado com mais notificações (8.417) e o Rio Grande do Sul, em segundo lugar, com 1.897. Na outra ponta, está o Amapá, com uma notificação, e Roraima, com três.

São as notificações de efeitos adversos que levam a retirada de um produto do mercado. O Celobar, por exemplo, que era utilizado para contrastes em exames, foi retirado de circulação, em 2003, após 22 mortes. Em 2004, foi a vez da Flutamida, medicamento utilizado para o tratamento do câncer de próstata, que também provocou óbitos.

“A prática regular da notificação contribui para a produção de

informações atualizadas a serem usadas nas práticas clínicas e promoção do uso seguro de medicamentos. Em um contexto onde a indústria farmacêutica coloca, a cada 20 dias, um novo produto no mercado, é preciso agir rápido e sistematizar as notificações”, explica Freitas.

“A notificação é uma obrigação do profissional de saúde”, reforçou a representante do Ministério da Educação no Comitê, Thais Queluz. Para a consultora do Departamento de Assistência Farmacêutica do Ministério da Saúde, Silvana Leite, além da notificação de reações adversas, “é preciso incentivar a busca e utilização de informações isentas sobre os medicamentos”.

Participam do Comitê Nacional para a Promoção do Uso Racional de Medicamentos o Ministério da Saúde, a Anvisa, a Federação Nacional dos Farmacêuticos (Fenafar), o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), a Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), o Ministério da Educação, o Conselho Federal de Farmácia (CFF) e outras entidades.

Fonte: Informativo do Comitê para Uso Racional de Medicamentos.

ANFARMAG RIO: nova diretoria quer dialogar com outras entidades



Novos diretores da Anfarmag Rio: Alfredo Mattos Neto (Secretário-Geral), Maria Elisabete Durante (Tesoureira), Aline Coppola Napp (Vice-Presidente), Luciana Colli (Presidente), Thatyana Lima (Secretária-Geral) e Guilherme Feres (Segundo-Tesoureiro).

A nova diretoria da Anfarmag Rio, biênio 2009/2011, tomou posse, no dia 28 de outubro de 2009, no Rio de Janeiro. A palavra de ordem no discurso dos futuros dirigentes da Associação é “aproximação”, diálogo com outras entidades do setor farmacêutico e com o poder público, no intuito de fortalecer o segmento magistral.

Os diretores empossados são Luciana Colli (Presidente), Aline Coppola Napp (Vice-Presidente), Alfredo Mattos Neto (Secretário-Geral), Thatyana Lima (Secretária-

Geral), Maria Elisabete Durante (Tesoureira) e Guilherme Feres (Segundo-Tesoureiro).

Em seu discurso, a Vice-Presidente Aline Napp destacou a parceria que precisa ser estabelecida entre as entidades do setor. “Temos que trabalhar com os olhos voltados para o futuro da profissão, que carece de apoio e solidariedade. Para isso, é fundamental que eliminemos as distâncias das siglas, como CRF-RJ, Ascoferj, Sinfraerj e Sincofarma Rio. É claro que as entidades devem se manter fiéis

aos seus propósitos, mas fazemos parte de um bloco monolítico. As oposições devem ser debatidas de maneira democrática e não como causa de cisão entre os dirigentes. Somos, acima de tudo, profissionais da área de saúde. Separados, perdemos energia e substância”, defendeu Aline.

A Presidente Luciana Colli, que discursou após Aline, enfatizou que a gestão anterior já iniciou o diálogo com outras entidades e que ela pretende dar continuidade a esse processo. Além disso, Luciana acha que os demais profissionais da área de saúde, como enfermeiros e médicos, precisam conhecer melhor o trabalho da farmácia magistral e sua importância para a população. “Vamos participar de eventos e fazer campanhas para divulgar a farmácia de manipulação”.

Além da parceria com outras entidades, a nova diretoria pretende também realizar campanha sobre medicamentos manipulados, conscientizar sobre os perigos da concorrência predatória no setor e criar uma ouvidoria local. Atualmente, de acordo com dados do Conselho Federal de Farmácia, são cerca de 7,4 mil farmácias com manipulação, no País. No Estado do Rio, constam de 700 inscritas no Conselho Regional de Farmácia, das quais 330 são associadas à Anfarmag Rio.

Fonte: Massi Comunicação.



Discutir MEDICAMENTOS, sempre



Autoridades, farmacêuticos e estudantes de cursos da área da saúde participaram, em novembro, no auditório do Parlamundi, em Brasília, do “II Congresso Internacional de Medicamentos”. O evento foi realizado pelo Instituto Brasileiro de Defesa dos Usuários de Medicamentos (Idum), com o apoio do Conselho Federal de Farmácia (CFF). Medicamentos genéricos, patentes, a assistência farmacêutica, o Fundo Nacional de Assistência Farmacêutica, genoma, no Brasil; regulação da propaganda de medicamentos, pesquisas de novas drogas, e medicamentos/meio ambiente: o que fazer com o lixo medicamentoso? Estes foram os temas do evento.

O Conselheiro Federal de Farmácia pelo Distrito Federal, Coordenador do Idum e organizador do Congresso, Antônio Barbosa, disse que o evento cumpriu o seu objetivo de reunir representantes da área da saúde para debater o uso racional de medicamentos. “Só assim, podemos buscar a melhoria do acesso da população aos

medicamentos e, por meio do debate, identificar o papel da sociedade, do Governo, do comércio e da indústria nesse contexto”, disse Barbosa.

À revista PHARMACIA BRASILEIRA, Barbosa disse que é cada vez mais importante se falar sobre os medicamentos e suas consequências para humanidade. Reiterou que esses produtos estão no centro de diferentes discussões, no mundo inteiro e sob diferentes pontos de abordagem. Citou o caso das patentes, e frisou que este é um assunto que precisa ser debatido, com coragem e à exaustão.

“A forma como é concebida a patente impede o acesso das pessoas ao medicamento, o que resulta na morte de pessoas. Muitos defendem as patentes como um incentivo às pesquisas. Eu acho que o Estado tem que fazer parte da pesquisa. Hoje, mais de 95% das pesquisas são feitas pelas indústrias do setor privado, porque é um bom negócio. Mas os governos deveriam investir em pelo menos 50% do montante que é empregado

nas pesquisas”, pediu Antônio Barbosa.

Ele defendeu a formação de um consórcio internacional reunindo governos. Cada governo destinaria 0,5% do seu orçamento para as pesquisas com medicamentos. “Assim, o consórcio não perderia cientistas para os laboratórios privados e ainda garantiria medicamentos, tanto para o tratamento das doenças negligenciadas, como de outras doenças”, sugeriu.

ASSISTÊNCIA PARA TODOS - O Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos, participou da solenidade de abertura do Congresso. Souza Santos destacou a importância do evento em favor da assistência farmacêutica para todos. “É preciso lembrar, sempre, que existem milhões de brasileiros que não têm acesso algum a qualquer tipo de medicamento ou à orientação farmacêutica”, lamentou.

O “II Congresso Internacional de Medicamentos” é a continuação da discussão iniciada, em 2002, quando foi realizado, na cidade de João Pessoa (PB), o “I Congresso”.

Cadeia produtiva farmacêutica em debate

O surgimento de novos medicamentos contribui para a melhoria das condições de saúde da população, mas tem sido motivo de preocupação constante dos governos e sociedade, em razão do crescimento dos gastos com a saúde. Tal situação é particularmente grave, no Brasil, uma vez que o País não produz fármacos e medicamentos suficientes para atender à demanda nacional. A dependência externa, neste setor econômico, tem refletido diretamente na balança comercial e no orçamento da saúde pública.

Esta realidade foi o ponto focal dos debates travados no “Fórum Competitividade da Cadeia Produtiva Farmacêutica, no Brasil”, realizado, no dia 19 de novembro de 2009, no auditório Antonio Carlos Magalhães, no Senado Federal. O evento, promovido pelo Instituto Brasileiro de Ação Responsável, objetiva proporcionar um espaço para a discussão em busca de uma política concreta para o desenvolvimento da cadeia produtiva farmacêutica nacional, com ênfase no fortalecimento da produção estratégica do País e diminuição do atual déficit da balança comercial do setor.

Cerca de 80% dos insumos utilizados na fabricação de medicamentos brasileiros é importado de outros países, deixando as indústrias nacionais a mercê das fabri-

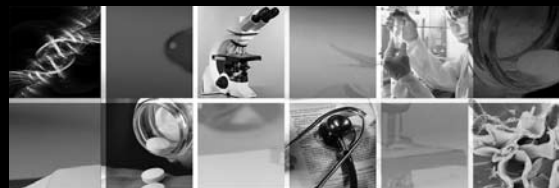
cantes internacionais. As importações de medicamentos cresceram mais de 25%, entre 2007 e 2008 e, mesmo com o mundo temendo os efeitos da crise econômica, as vendas mantiveram-se elevadas.

Os dados contextualizam a dimensão que o tema adquiriu na conjuntura nacional, estimulando constantes reflexões sobre a cadeia produtiva dos fármacos e medicamentos, incentivada pelo reconhecimento do Governo sobre a importância estratégica da inovação como ferramenta de competitividade no setor. O evento foi patrocinado pela Merck Sharp & Dohme e Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.

A questão do déficit na balança comercial e no déficit foi tema de capa da revista PHARMACIA BRASILEIRA número 70 (março/abril de 2009). A longa reportagem, assinada pelo editor da revista, jornalista Aloísio Brandão, traz uma entrevista *ping-pong* com o Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, Reinaldo Guimarães, e com o farmacêutico Leoberto Costa Tavares, Professor de Tecnologia Químico-Farmacêutica da Universidade de São Paulo (USP) e pesquisador em planejamento e desenvolvimento de novos agentes antimicrobianos, antichagásicos e diagnóstico por imagem.

Na matéria, fizemos a seguin-





te pergunta a Reinaldo Guimarães: "O déficit comercial do complexo industrial da saúde do País chegou a US\$ 6 bilhões. Apesar de o sistema público de saúde registrar avanços, a sua incapacidade de gerar inovações e de produzir pode causar um grande impacto negativo no orçamento público, e estrangulá-lo. Em 2007, durante um evento da Fiocruz, o senhor já manifestava preocupação com esse problema, dizendo que, 'em alguns anos, a vertente financeira pode inviabilizar a vertente generosa do nosso sistema de saúde'. Com o movimento desencadeado pelo Governo, estamos saindo da zona da inviabilização financeira?"

A resposta de Guimarães: - A redução do déficit comercial do setor de saúde é uma das metas da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), que prevê atingir US\$ 4,4 bilhões, em 2013. Em 2007, o déficit era da ordem de US\$

5,7 bilhões e, em 2008, atingiu US\$ 7,1 bilhões, representando um crescimento de 24,6%, enquanto que, no período 2006/2007, o crescimento foi de 40,7%.

Como parte do movimento do Governo, várias medidas estão sendo adotadas para promover a redução do déficit: como as já citadas PPP, o uso do poder de compra estatal para estimular produção local; o financiamento para ampliação de capacidade de produção; a expansão de recursos para P&D em áreas estratégicas; e a formação de Redes de apoio ao desenvolvimento tecnológico e industrial.

Convém ressaltar, ainda, que, como mencionado anteriormente, o Governo Federal, especialmente o Ministério da Saúde, tem dado todo o apoio institucional para que as metas da PDP sejam atingidas, apostando na criação de um ambiente favorável, no País; fortalecendo a produção, pesquisa e desenvolvimento das empresas privadas nacionais e públicas, bem como atraindo as empresas líderes desse mercado, no âmbito internacional.



Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, Reinaldo Guimarães

Deve-se registrar que as medidas que vêm sendo tomadas, a partir do final de 2007, terão repercussões mais significativas, a médio e longo prazos.

Investimento no setor produtivo da saúde



Um acordo de R\$ 1 bilhão promete dar um novo impulso para o setor produtivo na área de saúde, nos próximos cinco anos. A cooperação, envolvendo esse montante, foi firmada, no dia 30 de novembro de 2009, entre a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES). A parceria permitirá o investimento, tanto no

setor público, como privado, em áreas de inovação e de produção. Os principais enfoques da parceria são: produção de fármacos, novas vacinas e medicamentos fitoterápicos.

"Estabelecemos uma aliança estratégica, de alto interesse do Estado e da sociedade brasileira", afirmou o Ministro da Saúde, José Gomes Temporão. A assinatura do

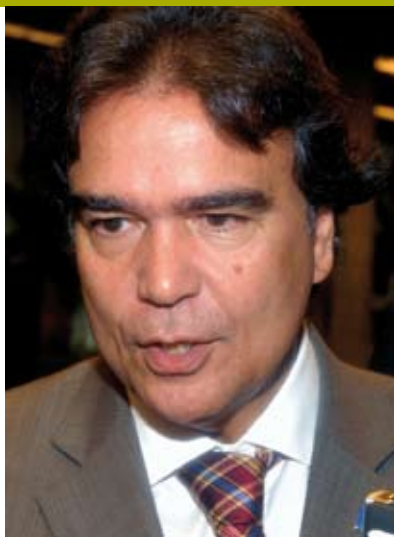
■ PARCERIA ENTRE FIOCROZ E O BNDES CONSOLIDA A PAUTA ESTRATÉGICA NO CAMPO DA INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA. UM DOS PRINCIPAIS ENFOQUES SERÃO AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS. INVESTIMENTO É DE R\$ 1 BILHÃO.

convênio foi firmada entre os presidentes da Fiocruz, Paulo Gadelha, e do BNDES, Luciano Coutinho. A partir de agora, a fundação auxiliará o BNDES no financiamento estratégico do setor.

O complexo industrial da saúde passa a contar, por exemplo, com a mudança no modelo de gestão da Fiocruz para estabelecer parcerias. A Fiocruz poderá encu-

bar empresas de base tecnológica (em sociedades de propósito específicos) em novas biotecnologias com o financiamento de risco do banco. Pelo acordo, a Fundação subsidiará a definição de ações estratégicas do BNDES no campo de produção e inovação em saúde, fornecerá informações para as políticas e programas do banco direcionadas ao setor e realizará estudos de viabilidade técnico-científicos para produtos inovadores.

Um dos principais objetos do convênio é estabelecer parcerias público-privadas, que têm produzido retornos significativos, tanto na economia financeira, como em transferência de tecnologia. Além da produção nacional do genérico Efavirenz, o Ministério da Saúde anunciou, neste ano, nove parcerias entre sete laboratórios públicos e dez empresas privadas para a produção de 24 fármacos a serem utilizados por pacientes do SUS. Uma economia anual de R\$ 160 milhões.



Ministro da Saúde, José Gomes Temporão: "Estabelecemos uma aliança estratégica, de alto interesse do Estado e da sociedade brasileira".

A cooperação, também, permitirá a consolidação da pauta estratégica da Fiocruz no campo da infraestrutura tecnológica, que prevê a finalização do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (CDTS/Fiocruz), em construção no campus de Manguinhos, no Rio de Janeiro; o Centro Integrado

de Protótipos, Biofármacos e Reativos para Diagnóstico (CIPBR) do Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Biomanguinhos/Fiocruz); e o projeto de produção de insulina do Instituto de Tecnologia em Fármacos (Farmanguinhos/Fiocruz).

O Termo de Cooperação contempla, ainda, o desenvolvimento sustentável, que envolve o trabalho com a biodiversidade, no campus de Jacarepaguá da Fiocruz, com a produção de medicamentos fitoterápicos (confira mais abaixo).

Temporão, também, destacou que o Termo de Cooperação possibilitará a ampliação da instalação de novas unidades da Fundação pelo País, como em Curitiba, que já está operando; Ceará, em desenvolvimento; Piauí, Mato Grosso do Sul, Brasília e Rondônia, permitindo o desejado desenvolvimento regional de tecnologia em saúde.

Fonte: Ministério da Saúde.

Força-tarefa contra a pirataria

■ PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA PRETENDE CONSCIENTIZAR SOBRE OS RISCOS À SAÚDE PÚBLICA CAUSADOS PELA PIRATARIA DE MEDICAMENTOS, INSUMOS E EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES



Um acordo de cooperação celebrado, no dia 11 de novembro de 2009, entre a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), a Câmara Americana de Comércio (Amcham) e representantes de empresas que atuam no setor (Abimed, Abraid, CBDL, ABCV, Abiad, Abimo e Interfarma) estabelece o compromisso de integração de esforços, objetivando a redução de práticas que impliquem risco à saúde pública. Entre as iniciativas, está prevista a promoção de estudos, debates, seminários e outras atividades que contribuam para o

esclarecimento da sociedade sobre os riscos à saúde provenientes da pirataria de medicamentos, insumos e equipamentos médico-hospitalares.

"Somente através da cooperação entre os diversos segmentos será possível combater com eficácia a pirataria, no Brasil. Além de educar a sociedade sobre os malefícios de um produto falsificado, é preciso aprimorar o processo penal para punir e coibir os infratores", afirma Luciano Lima, Coordenador do Grupo de Combate à Informalidade da Interfarma.



Por uma FARMACOPEIA DO MERCOSUL

A expectativa para a construção da Farmacopéia Mercosul como instrumento de fortalecimento regional e a interface com a cadeia produtiva farmacêutica foram dois dos assuntos que abordados no "3º Encontro Anual da Farmacopeia Brasileira", realizado, nos dias 17 e 18 de novembro de 2009, no auditório da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), em Brasília. O evento reuniu especialistas do Brasil e de países do Mercosul.

"A Farmacopeia deve atender às necessidades do Sistema Único de Saúde (SUS), pois é parte integrante deste Sistema. Sua consolidação, no País, é fundamental para que o mercado de produtos farmacêuticos cresça com qualidade e responsabilidade", afirma a Diretora da Anvisa, Maria Cecília Brito.

Durante o encontro, foi anunciado um acordo de cooperação entre Brasil e Argentina, com o objetivo de harmonizar as farmacopeias dos dois países. "Este acordo pode ser o primeiro passo para que, no futuro, seja criada a Farmacopeia Regional do Mercosul", prevê o Ministro João Luiz Pereira, do Ministério das Relações Exteriores.

Para Maria Cecília Brito, o acordo pode ajudar os países a enfrentarem dificuldades comuns como, por exemplo, as relacionadas ao aporte laboratorial. "Precisamos fortalecer nossas estratégias, de forma que, aos poucos, possamos reduzir o fosso entre os hemisférios Norte e Sul", diz.

O representante da Anmat (*Administración Nacional de Medicamentos, Alimentos y Tecnología Médica*), Ricardo Martinez, destacou a relação entre qualidade, acessibilidade, inovação e desenvolvimento. "O eixo de permanente integração entre Brasil e Argentina pode contribuir para melhorar a qualidade dos nossos medicamentos, aumentar a produção local e reduzir a dependência tecnológica", comenta.

Também estiveram presentes ao evento o Diretor-Presidente da Anvisa, Dirceu Raposo de Mello; o representante da Organização Pan-Americana da Saúde, Christophe Rérat; o Presidente da Comissão da Farmacopéia Brasileira, Gérson Antonio Pianetti, e a represen-



tante do Ministério da Saúde, Karen Sarmiento Costa.

FARMACOPÉIA - A Farmacopéia Brasileira é o código oficial farmacêutico do País. Ela estabelece os requisitos mínimos para a fabricação e controle da qualidade de insumos e especialidades farmacêuticas utilizados, no Brasil. O compêndio é de uso obrigatório para os que fabricam, manipulam, fracionam e controlam produtos farmacêuticos, e serve como parâmetro para as ações da vigilância sanitária, como: registro, fiscalização e análise fiscal.

Fonte: Assessoria de Imprensa da Anvisa.



Patentes de medicamentos: Por que sim? Por que não?



A Agência Nacional de Vigilância Sanitária, por meio do *Anvisa Debate*, discutiu, no dia 10 de novembro de 2009, a questão das patentes farmacêuticas no contexto da saúde pública. As discussões abordaram a relação entre INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial) e a Agência, os desdobramentos das patentes pipeline – mecanismo em que a patente expedida, no exterior, é reconhecida, no Brasil, até expirar o prazo, no país de origem. Foi discutido, ainda, o acordo TRIPS (*Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights*).

Para o Desembargador do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, André Fontes, é preciso repensar a perspectiva das patentes de medica-

mentos, no Brasil. “A concessão de uma patente não é um direito subjetivo e só deveria ser dada ao produto realmente originário e inovador. No caso dos fármacos, a questão é mais delicada, por tratar-se de saúde pública”, afirmou.

O Procurador-Chefe do INPI, Mauro Maia, ressaltou a importância de dar tratamento diferenciado às patentes de medicamentos. Segundo ele, cerca de 80% dos pedidos de concessão que chegam ao Instituto são indeferidos. “Hoje, as decisões do INPI são rígidas e, de forma alguma, desconsideram o interesse público. A grande quantidade de indeferimentos evidencia a autonomia do País”, diz.

Luís Carlos Lima, Coordenador de Propriedade Intelectual da Anvisa, abordou a relação conflituosa entre a Agência e o INPI. “O patenteamento de medicamentos, no Brasil, foi motivado por compromissos assumidos no plano externo. Parece que, internamente, não conseguimos construir uma orientação única para os órgãos responsáveis pela concessão – Anvisa e INPI”, comenta. Lima criticou, também, a concessão de patentes pipeline, no Brasil, que é um dos únicos países a adotar esse tipo de mecanismo.

A Associação das Indústrias Brasileiras de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades (Abifina) foi representada pelo vice-presidente da instituição, Marcos Oliveira. Segundo ele, a concessão de patentes não é um direito legal, mas um direito das nações, pactuado por meio do Trips. “O tratado internacional uniformizou algumas condições, mas cada país deve montar uma política que atenda aos seus próprios interesses”, defendeu o Vice-Presidente.

Informações: Ascom/Assessoria de Imprensa da Anvisa.

Especialização em Cosmetotoxicologia

■ CURSO É ÚNICO, NA AMÉRICA LATINA, E NOVIDADE MUNDIAL.

Estão abertas as inscrições para o curso de “Especialização em Cosmetotoxicologia: Avaliação de Segurança e Regulatória”, promovido pela Associação Brasileira de Cosmetologia (ABC). Sob a coordenação geral do professor Dermeval de Carvalho, o curso será realizado, na sede ABC, em São Paulo, e terá início, no dia 6 de fevereiro de 2010, e duração de 16 meses.

Uma das maiores auto-

ridades no assunto, no Brasil, o farmacêutico Dermeval de Carvalho informa que o curso de Cosmetotoxicologia é uma novidade mundial, e o programa oferecido pela ABC é único, na América Latina. Ele explica que a programação foi elaborada, após cuidadoso trabalho de revisão da literatura especializada. “O conteúdo programático foi pensado, de forma integrada, em que a primeira disciplina é entendida como uma preparação da seguinte, sem contar que o curso



Professor Dermeval de Carvalho coordenará o curso de cosmetotoxicologia.

está inteiramente voltado à formação do profissional do setor de pesquisa e desenvolvimento regulatório e de registro de produtos cosméticos”, disse o Coordenador do curso.

No elenco de disciplinas, constam Introdução à Toxicologia, Fundamentos da Biologia, Toxicodinâmica e toxicocinética, Anatomia e fisiologia da pele, Imunotoxicologia aplicada à Cosmetologia, Ingredientes biotecnológicos, Nanocosméticos e avaliação de segurança, Toxicologia regulatória (elaboração e análise crítica de dossiês) e Epidemiologia.

Os interessados podem fazer as suas inscrições e conhecer todas as disciplinas do curso no *site* www.abc-cosmetologia.org.br/abc/ver_curso.php?id=469.



STJ: farmácia não pode vender produtos diversos



O Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que farmácias e drogarias não podem vender produtos diferentes do que autoriza a Lei 5.991/73. Em decisão unânime, publicada no “Diário da Justiça Eletrônico”, os Ministros da 2ª Turma do STJ, acataram o recurso movido pelo município de Fortaleza (CE), para impedir que uma rede de farmácias comercializasse produtos como refrigerantes, chocolates, máquinas fotográficas, entre outros.

Antes da decisão do STJ, o Tribunal de Justiça do Ceará (TJ-CE) havia autorizado a venda de produtos diversos pela rede de farmácia, entendendo que a legislação não veda expressamente o comércio desses produtos, mas o Município de Fortaleza recorreu da decisão. De acordo com a Relatora do processo, Ministra Eliana Calmon, as farmácias e drogarias estão legalmente autorizadas a vender somente medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos e correlatos.

No mês de agosto de 2009, a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) publicou a Resolução RDC 44/09, que instituiu as Boas Práticas Farmacêuticas

e reforçou o papel das farmácias como locais de promoção da saúde, como base na Lei 5.991/73.

De acordo com o Diretor-Presidente do órgão, Dirceu Raposo de Mello, é preciso cuidar do uso adequado de medicamentos e, para isso, os serviços farmacêuticos devem cumprir o seu papel de prover o usuário com informações corretas sobre o uso racional de medicamentos. “A farmácia é um estabelecimento diferenciado, e não se pode banalizar esse ambiente com produtos que não têm relação com o seu objetivo”, explicou Raposo na ocasião.

O MODELO ESTÁ CAINDO - O Presidente do Conselho Federal de Farmácia, Jaldo de Souza Santos, comentou que a decisão do STJ apenas reforça o entendimento de que farmácias e drogarias são estabelecimentos de saúde. “O modelo mercantilista que norteou o setor farmacêutico, até aqui, está caindo, e isso já deveria ter acontecido, há muitos anos. Se as mudanças não viessem por uma resolução da Anvisa, viriam por uma lei originária da Câmara ou do Senado. As pessoas já não agüentavam mais ser tratadas, nas farmácias e drogarias, como



Ministra do STJ, Eliana Calmon, ressaltou que farmácias e drogarias só estão legalmente autorizadas a comercializar drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos

se fossem consumidoras de uma mercadoria qualquer e como se estivessem numa mercearia; não suportavam mais ser seduzidas a comprar de tudo, inclusive medicamentos, com promoções do tipo *leve três e pague dois*”, argumentou Souza Santos.

Fonte: Assessoria de Imprensa da Anvisa e redação da revista PHARMACIA BRASILEIRA



Senado homenageia farmacêuticos



O Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos, fala da Tribuna do Senado: "Senhores Senadores, os farmacêuticos estão buscando a excelência profissional, para servir bem à sociedade".



Os farmacêuticos brasileiros foram homenageados pelo Senado Federal, em solenidade realizada, na manhã do dia 1º de outubro de 2009, no Plenário da Casa. A homenagem foi realizada por requerimento do Senador Gim Argello (PTB-DF). O parla-

mentar ressaltou a importância da atividade farmacêutica para a humanização do atendimento à saúde.

A sessão foi presidida pelo Senador Mão Santa (PSC-PI), que abriu os trabalhos, lendo mensagem do Presidente do Se-

nado, José Sarney: "Mesmo antes do descobrimento do Brasil, os pajés indígenas já usavam plantas para curar os doentes, mas o divisor de águas foi 1940, quando teve grande impulso a profissão e sua missão de salvar vidas". Em sua mensagem, o Senador José Sarney ressaltou que os farmacêuticos "trabalham, lado a lado com os médicos, numa harmonia que traz grandes benefícios à população brasileira".

Já o Senador Paulo Duque (PMDB-RJ), lembrou a importância da atividade farmacêutica para a sociedade e citou que, em seu Estado, estão sediados os maiores laboratórios do mundo, o que garante mercado de trabalho para os profissionais.

O Senador e médico Mão Santa lembrou que, quando era Secretário de Saúde de Terezina (PI), houve um surto de frieira (dermatite), na cidade. Então, ele pediu ajuda a um farmacêutico, que rapidamente resolveu o problema, com uma solução de ácido salicílico, ácido benzóico e álcool iodado. Segundo Mão Santa, o farmacêutico e o médico nasceram juntos e são necessários à sociedade.

Por sua vez, o Presidente do Conselho Federal de Farmácia, Jaldo de Souza Santos, em discurso proferido da Tribuna do Senado, enfatizou que os 134 mil farmacêuticos brasileiros estão



cada vez mais preparados para servir bem à sociedade.

FORMAÇÃO – O Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos, agradeceu a homenagem e realçou a expansão do tempo de formação acadêmica dos farmacêuticos, que passou para 4 mil horas de aula. Este tempo, aliás, foi uma conquista do Conselho Federal de Farmácia. Souza Santos citou que o empenho dos profissionais, com vistas a se qualificar, é quase obsessivo. Grande parte dos farmacêuticos complementa a sua capacitação

com a pós-graduação e com as especializações.

Disse, ainda, que o CFF está muito focado na questão da qualificação profissional, e destacou o curso “A Assistência Farmacêutica na Farmácia Comunitária”, oferecido pelo CFF aos profissionais de todas as capitais. Adiantou que o Conselho Federal irá oferecer, a partir de 2010, cursos à distância, que irão alcançar farmacêuticos de todo o País, inclusive dos interiores, por meio de um programa de educação à distância. “Senhores Senadores, os

farmacêuticos estão buscando a excelência profissional, para servir bem à sociedade”, concluiu.

A solenidade contou, ainda, com a participação da Diretora Secretária-Geral do CFF, Lérica Vieira; de Diretores dos Conselhos Regionais de Farmácia do Rio de Janeiro e do Distrito Federal; da Vice-Presidente da Associação Nacional dos Farmacêuticos, Aline Coppola, entre outras lideranças profissionais.

Pelo jornalista Aloísio Brandão,
Assessor de Imprensa do CFF.

Anvisa define tecnologia para rastreabilidade de medicamentos



O código de barras bidimensional, também, chamado Datamatrix, será a tecnologia usada para garantir a rastreabilidade dos medicamentos comercializados, no Brasil. A definição consta da RDC 59, publicada, no dia 25 de novembro de 2009, que implanta o Sistema Nacional de Controle de Medicamentos.

A tecnologia será a principal ferramenta com vistas a garantir a rastreabilidade desses produtos. Ou seja, vai permitir recuperar informações históricas e geográficas sobre o caminho percorrido pelos medicamentos, desde a sua produção, até a entrega ao consumidor.

Ao contrário do código de barras comum, que é visível e contém apenas um número, o bidimensional pode armazenar milhares de informações, ao mesmo tempo, como números, letras e outros dados. Todas as informações vão estar reunidas no Identificador Único de Medicamento (IUM), que estará em cada unidade de medicamento comercializada e será impresso em etiquetas de segurança produzidas especificamente para esse fim.

Além de permitir uma gestão mais eficaz dos riscos na cadeia dos produtos farmacêuticos e de dar ao consumidor a garantia de segurança, o código vai permitir identificar fontes de desvios de qualidade e reduzir os custos logísticos dos fabricantes.

ETIQUETAS DE SEGURANÇA - Ainda no dia 25 de novembro, a Anvisa assinou um termo de cooperação com a Casa da Moeda, que deverá ser a instituição responsável pela produção e distribuição das etiquetas que vão garantir a segurança do sistema de rastreamento e nas quais estará impresso o IUM.

Para aprimorar continuamente os mecanismos de rastreabilidade e autenticidade de medicamentos, no País, foi criado o Sistema Nacional de Controle de Medicamentos, por meio da Lei 11903/09.

A Lei prevê que o Sistema será implantado gradualmente, em até três anos, sendo o primeiro ano destinado à definição dos requisitos que envolvem os fabricantes e fornecedores de medicamentos.

FONTE: Assessoria de Imprensa da Anvisa.